



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

EUZILENE GREGÓRIO DOS SANTOS

INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**JOÃO PESSOA-PB
2013**

EUZILENE GREGÓRIO DOS SANTOS

INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientação: Prof^a MS. Andréa Torres Vilar de Farias

**JOAO PESSOA_PB
2013**

S237i Santos, Euzilene Gregório dos.

Inclusão escolar na educação infantil / Euzilene Gregório dos Santos. – João Pessoa: UFPB, 2013.
69f.

Orientadora: Andréa Torres Vilar de Farias
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)
– UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Educação inclusiva. 3. Prática pedagógica. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

EUZILENE GREGÓRIO DOS SANTOS

INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/12/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a MS. Andréa Torres Vilar de Farias – Orientadora
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

1º Examinador
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

2º Examinador
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

JOÃO PESSOA - PB
2013

Dedico primeiramente a Deus pela força e inspiração. A meu pai, minha mãe, meus irmãos, minhas irmãs, as amigas que tanto me incentivaram e acreditaram que seria possível a realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e inspiração.

A meus pais, Francisco de Assis Gregório e Maria Dalva dos Santos Gregório pela vida, amor e limites.

Aos professores do curso especialmente pelos conhecimentos e ensinamentos, em especial, a Professora Ms. Andréa Torres Vilar de Farias, pela sua competência que incansavelmente me ajudou, tornando-se a principal responsável pela elaboração desse trabalho.

A mim mesma que não desisti do curso diante das dificuldades que encontrei durante esses meses e o concluí.

Aos colegas de sala de aula pela convivência e troca de experiência.

Aos amigos que fiz durante esta caminhada especialmente, Gerlania e Gertrudes, pela escuta atenta nos momentos de angústia e cansaço.

A todos das instituições pesquisadas, em especial as professoras, que foram importantes sujeitos contribuintes para realização deste trabalho de conclusão de curso.

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário é o ser social que determina sua consciência”.

Karl Marx

RESUMO

O tema “Educação Inclusiva”, apesar de frequentemente estar presente nas discussões e pesquisas no meio acadêmico, apresenta-se ainda como um relevante objeto de investigação. A importância dessas investigações aumenta à medida que crescem as inquietações sobre como os profissionais da educação contemplam um trabalho voltado para a inclusão. Nesta perspectiva essa pesquisa apresenta como objetivos: Investigar o conhecimento dos profissionais da Educação Infantil relacionado ao trabalho com alunos portadores de necessidades especiais em classes comuns de Educação Infantil, e refletir a respeito da inclusão social a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania com base na Educação Inclusiva; Refletir sobre a importância da Educação Inclusiva na educação e na sociedade como um todo; Analisar o que os professores da Educação Infantil conhecem e pensam sobre o trabalho com a educação inclusiva; Analisar o posicionamento dos professores de Educação Infantil sobre o impacto deste processo de inclusão no cotidiano escolar. Para tanto, nos baseamos em estudos como os de Montoan (2003), que aborda o atendimento educacional especializado. Também nos aportamos nos estudos de Warschauer (2006), Demo (1984), Carvalho (2004), Blanco (1998), Mittler (2003), Vygotsky (1998), Facion (2003) Hemminingson e Borell (2002), Mazotta (1996). Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa realizada por meio da aplicação de um questionário em uma creche e uma escola, ambas localizadas na cidade de Malta-PB. O corpus foi composto por oito professores atuantes em escolas públicas e creches. Verificamos que os professores pesquisados não têm a exata compreensão da dimensão do modelo inclusivo, mesmo que em alguns pontos elas se aproximem do que vem sendo debatido pelos especialistas. Assim, ainda trazem em seu discurso muitos preconceitos que estão presentes na nossa sociedade relacionados a educação inclusiva, por exemplo, que incluir é apenas proporcionar um atendimento diferenciado, ou até mesmo igual. Portanto, diante dos resultados obtidos, conclui-se que as educadoras apresentam um conhecimento razoável sobre a educação inclusiva, sendo um dos maiores problemas sobre os princípios e práticas da inclusão.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação Inclusiva. Prática Pedagógica.

ABSTRACT

The theme "Inclusive Education", despite often being present in discussions and research in academia, still presents itself as an important subject of investigation. The importance of these investigations increases as growing concerns about the education professionals include work toward inclusion. In this perspective this research has the following objectives: To investigate the knowledge of professionals from kindergarten related to working with students with special needs in regular classes in Early Childhood Education, and reflect on the social inclusion from the perspective of human rights and the concept of citizenship based on Inclusive Education; Reflect on the importance of Inclusive Education in education and society as a whole; analyze what teachers from kindergarten know and think about working with inclusive education; Analyze the positioning of teachers in Early Childhood Education on the impact of the inclusion process in everyday school. For this, we rely on such studies as Montoan (2003), which addresses the specialized educational services. Also we bring in the studies by Warschauer (2006), Demo (1984), Carvalho (2004), Blanco (1998), Mittler (2003), Vygotsky (1998), Facion (2003) Hemminingson and Borell (2002), Mazotta (1996). This is a descriptive qualitative study conducted through a questionnaire in a kindergarten and a school, both located in the town of Malta-PB. The corpus was composed of eight teachers working in public schools and kindergartens. We found that the teachers surveyed did not have an exact understanding of the size of the inclusive model, even though at some points they approach than has been debated by experts. So even bring in his speech many prejudices that are present in our society related to inclusive education, for example, to include only provide a differentiated service, or even equal. Therefore, given the results, it is concluded that educators have a reasonable knowledge about inclusive education, one of the biggest problems on the principles and practices of inclusion.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusive Education. Pedagogical Practice.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01_ Questão 01 _ Para você o que é Educação Inclusiva?

Tabela 02_ Questão 02_ Expresse sua opinião sobre o impacto do processo de inclusão no cotidiano escolar.

Tabela 03_ Questão 03_ Na sua visão, qual seria o melhor atendimento para as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais?

Tabela 04_ Questão 04_ Quais fatores ou condições são necessários para que uma creche ou escola seja considerada inclusiva?

Tabela 05_ Questão 05_ Existe muitos problemas que impedem que a educação inclusiva atinja o objetivo desejado. Dentre as opções citadas quais você considera como sendo a maior dificuldade em trabalhar a educação inclusiva?

Tabela 06_ Questão 06_ Você tem algum conhecimento sobre educação inclusiva?

Tabela 07_ Questão 07_ Para você os matérias que as instituições oferecem para trabalhar com as crianças deficientes nas aulas é: () suficiente; ()insuficiente; () razoavelmente suficiente; () pouco suficiente

Tabela 08_ Questão 08_ Nas instituições que você trabalha tem crianças que necessitam ser incluídas juntas às outras para uma aprendizagem satisfatória. Se sim, de que maneira você trabalha?

Tabela 09_ Questão 09_ Para que a inclusão se concretize de forma adequada nas instituições é necessário que: () os professores adquiram mais conhecimentos; () mais força de vontade; () Um PPP voltado para as necessidades das crianças; ()tenha ajudante em sala de aula.

Tabela 10_Questão 10_ A estrutura física em instituições que atendem crianças com necessidades especiais é:

Tabela 11_Questão-11-você se considera preparada para desenvolver seu trabalho numa turma que tenha um aluno incluído?

Sim () não()

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	16
2.1 UMA BREVE ANÁLISE DE TERMO INCLUSÃO	18
2.2 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	21
2.3 CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
3 CONHECIMENTO E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	27
3.1 PROFESSORES: CONHECIMENTO E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	28
3.2 O TRABALHO DOS EDUCADORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CRECHE E NA ESCOLA	30
4 METODOLOGIA	34
4.1 INSTITUIÇÕES DA PESQUISA	34
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	35
4.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS	36
4.4 SUJEITOS DA PESQUISA	37
4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	60
APÊNDICE A – TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO/AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA	61
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	62
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA	65

1. INTRODUÇÃO

A integração ou inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no sistema regular de ensino tem sido sem dúvida, uma das questões referentes à Educação Especial mais discutida no nosso país nas últimas décadas. Este tema, que por tanto tempo, salvo algumas experiências isoladas, ficou restrito ao debate em congressos e textos da literatura especializada, hoje tornou-se proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas, na qual a aquisição de conhecimentos sobre a inclusão é fundamental nos sistemas educacionais.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagens e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos e parcerias com a comunidade.

A inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, exige da escola novos conhecimentos, que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas a diversidade dos aprendizes.

É de fundamental importância para toda a sociedade que a inclusão educacional aconteça de forma efetiva e com qualidade. Para que isso ocorra, é necessária uma grande reflexão sobre a prática pedagógica vigente sobre os espaços oferecidos, a preparação da equipe a trabalhar com a diversidade, o apoio de equipes especializadas e o envolvimento real do Estado, no intuito de fazer com que tudo isso aconteça de forma concreta, saindo dos papéis para se consolidar na sociedade que, a partir daí, dará um grande passo rumo à sociedade inclusiva.

Tecer reflexões sobre a educação inclusiva não é tarefa fácil, em função desta apresentar-se como uma questão da contemporaneidade marcada de importância, polêmica e contradição.

A Educação Infantil tem uma grande relevância na vida social do sujeito; é o primeiro pilar de sustentação para sua formação, portanto, construir esse pilar, incluindo a criança nessa atualidade da creche ou escola de ensino regular, é oferecer meios para minimizar a exclusão social, principalmente agora, na contemporaneidade, quando a globalização se insinua com tanta força.

A perspectiva de uma creche ou escola inclusiva coloca a necessidade de avaliar como os professores podem ser efetivamente capacitados para transformar suas práticas educativas. Alguns professores não tiveram acesso a conhecimentos relativos à inclusão durante a sua formação, por isso cresce a responsabilidade da escola, e do Estado, no caso da educação pública, na complementação dessa formação. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, (1998, p.7), a inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mais significa ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Diante dessas considerações buscamos nessa pesquisa refletir sobre a problemática Educação Inclusiva dentro da Inclusão Social, tendo como base o benefício de que a inclusão não é apenas para crianças com deficiências, é efetivamente para toda comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado.

Em decorrência de tais reflexões surgiram muitas questões a serem discutidas sobre a educação inclusiva na Educação Infantil. Destacaremos aqui algumas que têm nos inquietados: Como os professores da Educação Infantil trabalham com crianças portadoras de necessidades especiais? O que os professores de Educação Infantil sabem sobre o trabalho com a educação inclusiva? Como trabalhar inclusivamente em salas comuns e que práticas pedagógicas escolher? Qual o impacto deste processo de inclusão no cotidiano escolar?

Questões levaram a delimitação do nosso objeto de estudo nessa pesquisa, qual seja a prática do professor de Educação infantil relacionada à inclusão.

Para realização dessa pesquisa partimos da hipótese de que os educadores da Educação Infantil apresentam conhecimento superficial sobre educação inclusiva e trabalham sem um maior suporte seja, pedagógico e teórico.

Para enveredarmos no campo de estudo, definimos como objetivo Geral: Investigar o conhecimento dos profissionais da Educação Infantil relacionado ao trabalho com alunos portadores de necessidades especiais em classes comuns de Educação Infantil, e refletir a respeito da inclusão social a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania com base na Educação Inclusiva. Considerando esse objetivo geral propusemos os específicos, que visam: a)-Refletir sobre a importância da Educação Inclusiva na educação e na sociedade como um todo; b)-Analisar o que os professores da Educação Infantil conhecem e pensam sobre o trabalho com a educação inclusiva; c)-Analisar o posicionamento dos

professores de Educação Infantil sobre o impacto deste processo de inclusão no cotidiano escolar;

O Interesse em desenvolver essa pesquisa decorre por compreender que a inclusão social ainda deixa muito a desejar, pois ensino em uma escola do município com crianças em classe multisseriado na qual está incluída uma criança com necessidades especiais. Diante de tantas dificuldades para trabalhar com crianças especiais, por nunca ter sido capacitada para trabalhar com crianças especiais, e também, pelo fato de seus pais não aceitarem a sua deficiência, senti a necessidade de pesquisar sobre o tema, a necessidade de conhecer mais sobre a inclusão social.

Acredito que pelo fato dos professores e pais de crianças especiais não saberem como lidar com o problema fica mais difícil trabalhar a inclusão social, até porque eles precisam de um conhecimento específico para saber incluir essas crianças junto com as outras sem tratar de forma diferenciada, para que elas se desenvolvam sem ser discriminada.

A pesquisa se caracteriza como quanti- qualitativa com a intenção de buscar dados relevantes da experiência de pessoas que vivenciam ou tem conhecimento sobre a inclusão escolar na educação para auxiliar na prática pedagógica de educadores na formação da criança e da sua aprendizagem.

A abordagem qualitativa procura traçar os problemas na tentativa de entender e considerar os aspectos vivenciados pelos grupos, visualizando com uma maior profundidade as peculiaridades de cada sujeito envolvido, na busca de um estudo mais detalhado do tema em questão.

Como sujeitos da pesquisa terão 06 professores da Creche Salvelina Cavalcante e 02 professores da Escola José Francisco da Costa ambas municipais na cidade de Malta-PB. O corpus foi composto através de um conjunto de dados formado através da aplicação de questionários semiestruturados, investigará de que maneira os professores de educação infantil trabalham com alunos portadores de necessidades especiais.

Os dados obtidos foram analisados de acordo com a concepção de Montoan (2003), que aborda o atendimento educacional especializado. Também nos aportamos nos estudos de Warschauer (2006), Demo (1984), Mazotta (1996), Blanco (1998), Monte (2005), Vygotsky (1998), Facion (2003) Hemmingson e Borell (2002), Mittler (2003) e entre outros mais que apresentam discussões voltadas para a inclusão educacional, buscando-se a valorização das diferenças humanas e preparando as crianças para o seu reconhecimento humano. Além das bases legais RCNEIs, LDB e ECA que garantem uma educação inclusiva acerca da diferença

humana e as atitudes frente ao outro, particularmente a grupos vulneráveis e em risco de exclusão nos sistemas educacionais.

Este trabalho apresenta quatro capítulos. No primeiro capítulo, fazemos uma breve análise sobre a concepção da educação especial, analisando a inclusão na Educação Infantil, e as políticas públicas voltadas para educação inclusiva.

O segundo capítulo trataremos sobre o conhecimento e prática da educação inclusiva na educação contemplando histórica e teoricamente as abordagens da Educação Infantil.

No terceiro capítulo tratamos dos procedimentos metodológicos desenvolvidos na pesquisa.

O quarto capítulo faz referência à descrição, análise e interpretação dos resultados. E por fim, são tecidas as considerações finais do nosso trabalho.

2 CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial surgiu no Brasil em 1854, com a fundação de uma instituição para cegos. Segundo Mazotta (1996), estas últimas, apesar de possuírem uma proposta educacional, enfatizaram durante longo período os aspectos clínicos em detrimento do pedagógico. Sendo assim, seu compromisso não era de ensinar conteúdos curriculares aos alunos, mas oferecer-lhes socialização, intervenções clínicas e assistência social.

A educação especial é definida, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos (BRASIL, 1996).

Um dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) prevê que se adote, como alternativa preferencial, o atendimento aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na rede pública regular de ensino. Em 2001, a resolução que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) explicita de forma inequívoca a obrigatoriedade das escolas de receberem todos os alunos, tarefa para a qual elas devem se organizar. A partir de então, o número de crianças e adolescentes com deficiência e outras Necessidades Educacionais Especiais (NEE) matriculados na escola regular aumentou, assim como as discussões e pesquisas a respeito da proposta de educação inclusiva.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Sobre o olhar da educação especial, o país adotou medidas para inverter a situação de exclusão da pessoa portadora de necessidades especiais, em especial, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que colocava como objetivo final de todo serviço de educação especial, condições de vida semelhante, tanto quanto possível, às condições normais

da sociedade. Por meio desse instrumento legal, e pensando pelo lado do princípio de normalização educacional, que tomou corpo na dimensão universal, expandiu-se, então, o caráter assistencial – de apoio nos campos da educação, saúde, trabalho e lazer – e de justiça – dos direitos subjetivos – até, então, restritas às pessoas com alguma necessidade especial. Como assinala Mantoan (1997, p. 05), “a normalização visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas, condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade”.

Todavia, a educação especial sempre primou pela concepção socioeducativa do educando com necessidades especiais, especialmente, por entender que o processo dinâmico de participação desse sujeito na sociedade, como ressalta a Política Nacional da Educação Especial, está pautada na importância do convívio do portador de necessidades especiais no mundo social, sua participação, enquanto, cidadão nas causas sociais, políticas e culturais e pelo direito ao ingresso no mundo do trabalho e dos meios de produção.

A rigor, essa atividade materializa-se por meio de um processo de escolarização com percurso e tempo escolar, uma proposta de currículo adequado ao público que se pretende metodologias e estratégias de intervenção docente condizente e, por fim, com propostas de avaliações convergidas à realidade da educação especial/inclusiva. Tudo isso previsto em dispositivos legais como: a Constituição Federal de 1988 – Educação Especial, Lei nº 9394/96 – LDBEN, Educação Especial, Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Educação Especial, Lei nº 8859/94 – Estágio, Lei nº 10.098/94 – Acessibilidade, Lei nº 10.436/02 – Libras, Lei nº 7.853/89 – Apoio às pessoas portadoras de deficiência, Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004 – Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, Lei nº 10.216 de 4 de junho de 2001 – Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental, e por fim, o Plano Nacional de Educação - Educação Especial. Todos esses dispositivos, também, disponíveis em sites na internet.

Na perspectiva de uma educação inclusiva, a educação especial passa a integrar e direcionar suas ações no campo da inclusão.

2.1 UMA BREVE ANÁLISE DO TERMO INCLUSÃO

A inclusão é um processo em construção, que tem exigências básicas para sua efetivação. Por isso, é importante o desenvolvimento de pesquisas que poderão embasar a construção de sistemas educacionais inclusivos.

A abordagem do tema inclusão social frequentemente é realizada a partir da miríade de problemas associados ao seu polo oposto: a exclusão social. Analfabetismo, desemprego, pobreza e marginalização, segregação étnica de minorias, de portadores de necessidades especiais, de grupos etários e de gênero, distribuição desigual de riquezas entre cidadãos e regiões etc. são fatores que refletem e refratam os diversos matizes do *apartheid* social. Por meio do contraste, críticos e analistas costumam organizar ideias antagônicas para materializar a realidade social, tornando a desigualdade – produto da exclusão e motivação para a inclusão – um conceito quase tangível (MOTA; CHAVES FILHO, 2005).

No dicionário Houaiss (2001), as palavras inclusão e integração são sinônimos, mas quando contextualizadas e avaliadas sob a ótica mundial no que se refere à política sócio-educacional, adquirem conotações distintas. Esse é o ponto essencial a ser compreendido, quando se tratam de questões referentes à inserção de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na escola e na sociedade em geral.

A diferença entre os conceitos de integração e inclusão precisa ser entendida por toda a sociedade, a fim de possibilitar mudanças culturais. Nem mesmo a força da legislação tem sido suficiente para que essa diferença seja assimilada.

A integração busca selecionar os alunos que têm condições de serem inseridos nas classes comuns do sistema regular de ensino e possibilitar sua adequação à escola. Essa prática vem sendo utilizada há décadas, mas a partir dos anos 80, começou a ser questionada pelos movimentos internacionais, especialmente pelas organizações que lutam em prol das pessoas com deficiência.

O conceito de inclusão é holístico e indica um caminho diferente ao da integração. A inclusão é guiada pela certeza de que discriminar seres humanos é filosoficamente ilegal. Como filosofia, incluir é acreditar que todos têm o direito de participar ativamente da educação e da sociedade em geral.

A inclusão tem força legal e política para quebrar barreiras sólidas em torno das minorias excluídas da sociedade (BLANCO, 1998).

Sobre educação inclusiva Ferreira (2005, p.58) afirma que:

Inclusão ou educação inclusiva não é um outro nome para a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Inclusão envolve uma abordagem diferente para identificar e resolver dificuldades que emergem na escola (.) [a inclusão educacional] implica em um processo que aumente a participação de estudante [nas atividades e vida escola] e reduza sua exclusão da cultura, do currículo e das comunidades das escolas locais.

Inclusão denota concordância, pressupõe uma escola com uma política participativa, ou seja, um maior envolvimento entre a família e a escola e entre a escola e a comunidade, onde todos buscam uma educação de qualidade para todos (as) os estudantes.

Ainda sobre inclusão o Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva, sediado em Bristol na Inglaterra, defende que é uma questão de direitos humanos. Portanto, ter acesso à escola e ser aceito é um direito de qualquer pessoa. Nessa mesma linha, a Convenção dos Direitos da Criança em seus artigos 2º, 3º, 12º e 23º, dispõem de elementos para a elaboração de estratégias de inclusão e formas de garantir a todas as crianças, inclusive aquelas que têm deficiência, que tenham acesso e sucesso à escolarização.

O Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva de Bristol na Inglaterra define inclusão como sendo uma:

Filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e ao crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. CSEI (2000).

De acordo com a Conferência Mundial de Educação para Todos, a educação inclusiva é entendida como veículo de inclusão social e habilitação da pessoa para a sociedade isto é, educação para todos ao longo de toda a vida. Deve iniciar a partir do nascimento, dado que a educação, bem como os cuidados na primeira infância são componentes essenciais da Educação Básica (UNESCO, 1990).

No Brasil, tanto a Constituição de 1988 quanto a LDB 9394/96 destacam a importância e urgência de promover a inclusão educacional como elemento formador da cidadania. Diante disso, os Sistemas de Ensino Federais, Estaduais e Municipais, têm envidado esforços no sentido de se materializar os dispositivos legais que amparam iniciativas no caminho da construção da inclusão escolar.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) a educação inclusiva é uma política educacional que demanda reestruturação dos sistemas de ensino, criando um novo modelo de escola e ressignificando sua função, na busca de uma ideologia educacional inovadora. Tal proposta justifica-se por diversas razões: a) o reconhecimento dos direitos da criança em geral; b) os serviços prestados às crianças com necessidades especiais; c) a necessidade de remoção das barreiras contra a inclusão, especialmente as atitudinais, de modo que todas as crianças possam conviver no mesmo espaço, num clima solidário e respeitoso, tendo acesso às oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Tudo isso foi reafirmado pelo Decreto Nº. 3.956, de 8 de Outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência - Declaração da Guatemala (2005).

Formular políticas públicas que promovam transformações nos sistemas educacionais, de modo a não excluir nenhum de seus alunos, é levar em consideração, além da legislação vigente, os marcos legais dos movimentos internacionais, para fazer elegível a inclusão como uma responsabilidade coletiva, assegurando o acesso de todas as crianças o ensino infantil e fundamental como os jovens à educação básica.

A educação inclusiva propõe mudanças não só na política, mas essencialmente, na prática educativa, na aceitação da diversidade, na provisão de serviços de apoio, promovendo assim oportunidade aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, de frequentarem a mesma escola, juntamente com as crianças de sua comunidade, de obterem sucesso na aprendizagem, sem sofrer nenhum tipo de discriminação (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1 e 2).

Nessa perspectiva, a sociedade precisa conhecer o universo da criança com necessidades educacionais especiais associadas a algum tipo de deficiência ou não, para entendê-la e atender suas necessidades específicas. Somente assim poderá proporcionar a ela o desenvolvimento de suas potencialidades e uma infância feliz (MITTLER, 2003).

Segundo Mantoan (2003, p. 60) “não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção”. Daí a necessidade de se recriar ou ressignificar as escolas. Por este motivo, a inclusão abre possibilidades para o aperfeiçoamento da educação escolar, beneficiando a todos os alunos, com e sem deficiência.

As escolas foram construídas sob a perspectiva de educação clássica, focalizada na instrução e na reprodução de conteúdo curriculares. Com a proposta da educação inclusiva, há a necessidade de mudanças para atender à diversidade de todos os alunos. Estas mudanças

requerem inovações que provoquem na educação transformações de cunho cultural (MANTOAN, 2003).

Nessa perspectiva da educação aberta às diferenças, Mantoan (2003) refere-se à importância da formação inicial ser generalista para todos os professores, com vista à ressignificar o papel da prática pedagógica e da escola, reforçando a aspiração de se formar um sistema que ofereça educação para todos, eliminando em grande parte as dificuldades expressas pelos professores do ensino regular. Essa proposta poderia gerar uma reforma educacional mais ampla e mais rápida.

A inclusão no sentido educacional transpõe uma interpretação dúbia. Na prática, a maioria dos educadores quando convocados a falarem sobre o termo, designam suas explicações à inserção no sistema regular de ensino, aquelas crianças ditas "diferentes" que apresentam impedimentos nos órgãos sensoriais ou no sistema nervoso central. Esta interpretação baseada no defeito ou impedimento e impossibilidade são vista por Mittler como parte da consciência de quase todos que trabalham em educação (Mittler, 2003).

2.2 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nos últimos anos o termo inclusão vem sendo usado com muita frequência, não só quando falamos de inclusão de portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino, mas também quando se discute a inclusão digital, inclusão social, inclusão nas empresas e mercado de trabalho em geral. Porém o que é inclusão? Segundo o dicionário Houaiss (2001) inclusão é:

Substantivo feminino ato ou efeito de incluir (-se) **1** estado daquilo ou de quem está incluso, inserido, metido, compreendido dentro de algo, ou envolvido, implicado em; introdução de uma coisa em outra, de alguém em um grupo etc. Ex: de uma carta num envelope, de um nome em uma lista, de um indivíduo num partido, de um suspeito num processo criminal. **3** Rubrica: lógica. relação entre duas classes tal que os elementos constitutivos de uma se encontram entre aqueles da outra.

No entanto, quando discutimos inclusão educacional temos que partir do princípio que cada indivíduo tem suas potencialidades e necessidades, que todas devem ser respeitadas para que, assim, todos os alunos consigam caminhar progressivamente num processo de ensino

aprendizagem. E aí que está o grande desafio, pois como fazer para que todos consigam caminhar juntos apesar de tantas diferenças?

O modelo inclusivo na Educação Infantil é fundamental, pois é quando a criança ingressa na cultura escolar que terá as suas primeiras noções de coletividade, civilidade, de sociedade e de mundo em geral. Se dentro da escola essa criança passar a ter contato com outras que tenham algum tipo de necessidade especial, ambas podem aprender a compartilhar o mesmo espaço e cooperar umas com as outras, para superar seus limites.

A infância é a etapa do desenvolvimento humano decisiva na vida do sujeito. É onde se constrói a base para o desenvolvimento da afetividade, personalidade e inteligência. Teóricos como Vygotsky (1998), Piaget e Freud apontam para a importância da estimulação das crianças, por meio de uma interação social que lhes transmita aceitação e segurança. Partindo, então, dos pressupostos da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, podemos sugerir que, no caso das crianças com deficiência, é ainda mais fundamental a estimulação já nos primeiros anos de vida, buscando o desenvolvimento das suas potencialidades e um enfrentamento positivo com as limitações provocadas pela deficiência (OLIVEIRA; GLAT, 2003).

De acordo com Abramowicz (2002, p. 1), a educação de crianças de 0 a 6 anos não é fato recente nas instituições. O que anteriormente eram chamadas de Jardins da Infância, Creches, Pré-escolas, entre outros, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional de 1996 - Lei 9394/96, passaram a ser designadas “Educação Infantil”. Este fato, segundo a autora, “denota que a infância passou a ter um espaço próprio de educação”.

Para Abramowicz (2002), fatores como a urbanização, a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, a luta pelo direito da criança à educação e a necessidade de colocá-la em melhores condições para o ingresso no ensino fundamental são alguns fatores que contribuíram para a expansão das instituições de Educação Infantil.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), tendo como finalidade o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas, compreendendo os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais.

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil (1998), está designado às creches o atendimento para crianças de zero a três anos, podendo se estender até quatro anos e meio em alguns municípios, se assim for necessário. Acredita-se que a construção da educação inclusiva deve ter suas bases na Educação Infantil, buscando-se a

valorização das diferenças humanas e preparando as crianças para o reconhecimento e respeito às limitações de cada pessoa, bem como para a convivência em uma sociedade totalmente marcada pela diversidade.

A partir da Constituição Federal de 1988, ECA de 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a criança no Brasil passa a ser objeto da legislação, sob outro enfoque que o das legislações anteriores. Assim, os direitos sociais e fundamentais das crianças, são reconhecidos como inerentes às crianças, evidenciando que no atual contexto social brasileiro a criança é reconhecida como sujeito social de direitos e que creches e pré-escolas devem ser garantidas a todos, enquanto dever do Estado e opção da família.

Neste contexto paradoxal da “Infância de Direitos”, foram surgindo diversos questionamentos com relação aos direitos das crianças à Educação Infantil e as políticas públicas para infância de 0 a 6 anos. A partir destas preocupações questiono até que ponto as políticas públicas voltadas à educação e cuidado das crianças de 0 a 6 anos em instituições de Educação Infantil contemplam os direitos declarados na legislação brasileira (MEC/ SEESP, 1998).

Portanto, a perspectiva de uma escola ou creche inclusiva coloca a necessidade de avaliar como os professores podem ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. Muitas vezes, esses professores não tiveram acesso a conhecimentos relativos à inclusão durante a sua formação, por isso cresce a responsabilidade da creche ou escola, e do estado, no caso da educação pública, na complementação dessa formação. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, de 1998:

Inclusão, portanto, não significa, simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mais significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (MEC/SEESP, 1998).

No entanto, uma escola ou creche que pretende ser inclusiva tem que passar por inúmeras adaptações para que consiga englobar um maior número de indivíduos no seu ambiente. Essas adaptações passam pelo âmbito físico, curricular e relacional. O primeiro passo para que a inclusão se efetive, é remover toda e qualquer barreira física que possa vir a impedir o acesso e a permanência do aluno portador de necessidades especiais na escola permitindo distingui-lo, enquanto ser social, histórico e cultural, dos demais seres que têm uma existência natural.

Assim, o desenvolvimento da educação está ligado ao desenvolvimento da própria sociedade, que é constituída pelos seres humanos, adultos e crianças. Considerando essa perspectiva, ainda de acordo com Ambromowicz e Oliveira (2002) os seres humanos não se desenvolvem de forma natural e espontânea, mas por meio da educação, constituída como um bem cultural e social, e que tem, portanto, que ser construída historicamente pelos próprios seres humanos.

2.3 CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No Brasil, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 inicia-se uma nova perspectiva teórica sobre os direitos educacionais das pessoas com deficiência: a de que elas devem ser educadas, preferencialmente na rede regular de ensino. Quase uma década depois, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei nº. 9.394/96), define tratamento especial para os que se encontram em atraso quanto à idade regular, e promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais.

O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) no seu artigo 55 reforça os dispositivos legais, onde determina que os pais ou responsáveis tenham obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Outros documentos nessa década como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas da educação inclusiva.

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que (...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades; [...].

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001 destaca o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade.

Em 2003 é implementado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Programa Educação Inclusiva, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantido o direito de acesso de todos à escolarização.

Neste sentido, a Educação Inclusiva aponta a uma série de iniciativas e propostas que procuram avançar em direção à educação de qualidade para todos os alunos. Implica preocupar-se com a aprendizagem e participação plena de todos os estudantes vulneráveis a situações excludentes da vida cotidiana. Para isso, resulta determinante transformar o contexto, isto é, reestruturar a cultura, as políticas públicas e as práticas institucionais de forma que respondam à diversidade das crianças em suas respectivas localidades.

A inclusão escolar está assegurada pela legislação brasileira, mas, conforme já dito, ainda não se efetivam ações políticas capazes de sustentá-la. Estados e municípios têm orientado as políticas de inclusão na área da educação pelo baixo custo. Prescindindo da escola especial e/ou de entidades filantrópicas especializadas que absorviam verbas de custeio e direcionando o alunado com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), para a rede pública, os gastos com equipamentos e capacitação de mão-de-obra deixam de ser mantidos pelo governo ou quando esse mesmo governo desenvolve alguma ação no sentido de preparar a escola regular para receber esses alunos.

No Brasil, o Decreto nº 3.398, de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e dispõe sobre a Política Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência preconiza em seu artigo 2º das Disposições Gerais que:

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo, à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das Leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Neste conjunto, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva proporciona, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que todo e qualquer aluno seja atendido nas suas especificidades, e tenha pleno acesso, eliminando as barreiras impostas anteriormente. O atendimento oferecido pelo programa do Ministério da Educação e Cultura (MEC) deve ser realizado no período inverso ao da sala comum frequentada e, de preferência com localização na própria escola. Ou seja, o aluno estará incluído na classe

comum como é de seu direito e, além disto, será acompanhado em horário extraclasse a partir de suas necessidades específicas. A sala de recursos, como foi nomeado o espaço organizado para a prática das atividades, oferece serviços e recursos multifuncionais. Além disso, o profissional que encaminhará o programa do AEE deverá obrigatoriamente ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na área da Educação Especial. A educação inclusiva propõe mudanças não só na política, mas na sua prática educativa voltada para as crianças.

3 CONHECIMENTO E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Secchi e Almeida (2006) compreendem a educação como prática essencialmente humana que aprofunda e amplia a existência dos seres humanos, permitindo distingui-lo, enquanto ser social, histórico e cultural, dos demais seres que têm uma existência natural. Assim, o desenvolvimento da educação está ligado ao desenvolvimento da própria sociedade, que é constituída pelos seres humanos, adultos e crianças. Considerando essa perspectiva, ainda de acordo com estas autoras, consideramos que os seres humanos não se desenvolvem de forma natural e espontânea, mas por meio da educação, constituída como um bem cultural e social, e que tem, portanto, que ser construída historicamente pelos próprios seres humanos.

Referenciamo-nos na perspectiva histórico-cultural para pensar a educação e, mais especificamente, a Educação Infantil, implicam em estabelecer vínculos entre as dimensões de aprendizagem, desenvolvimento e educação; afeto e cognição; instituição educativa, professor e criança, visto que compõem, de forma dinâmica e dialética, a aprendizagem e desenvolvimento das crianças pequenas.

A Educação Infantil é um campo recente de prática social, que consiste em educar e cuidar de crianças de 0 a 6 anos em instituições coletivas, portanto pesquisar nesta área implica em considerar os atuais contextos específicos em que se concretiza a educação e o cuidado da criança de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas que como instituições sociais, contemporaneamente compartilham esta tarefa com as famílias e a sociedade (ROCHA, 1999, p.62).

É importante o professor pontuar as necessidades do educando, principalmente no processo ensino-aprendizagem, fazendo com que o ambiente seja agradável, e que esses educandos sejam capazes de socializar na sua formação, e seja visto como um cidadão capaz e integrado ao meio social, dentro e fora da escola.

Neste sentido a educação inclusiva deve ter como ponto de partida a visão de uma educação coletiva, e devem interagir de forma sensata, diante do contexto político-pedagógico, fazendo com que os educandos com necessidades especiais possam aprender com qualidade.

Para que a inclusão seja bem sucedida, as diferenças dos educandos devem ser reconhecidas e atendidas para fornecer oportunidades de aprendizagem para todos, de forma que promovam políticas e práticas de inclusões sociais voltadas para os educandos de forma a comunicar-se com as diferenças e as individualidades de cada um.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagens e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos e parcerias com a comunidade.

Quando se trata da inclusão, devem-se considerar aspectos ligados a formação do professor, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial. Conforme já destacava Piaget (1984, p. 62).

[...] a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado. Ora esse assunto apresenta dois aspectos. (...) Para esses dois problemas existe uma única e idêntica solução racional: uma universitária completa para os mestres de todos os níveis (pois quanto mais jovens são os alunos, maiores dificuldades assumem o ensino, se levado a sério).

A inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas a diversidade dos aprendizes.

3.1 PROFESSORES: CONHECIMENTO E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (Res. CNE nº 02/2001) prevê em: “a escola poderá contar com serviços de apoio pedagógico especializado, seja sob a forma de salas de recursos, seja de professores interpretes ou de apoio fixo nas turmas que mantiverem alunos com necessidades especiais”. Geralmente, este apoio especializado consiste em um trabalho de complementação curricular, que visa ao enriquecimento das atividades já desenvolvidas em sala de aula, para as quais o aluno com necessidades especiais apresente maiores dificuldades e necessidade de um trabalho mais aprofundado.

É importante para o professor saber dosar a distribuição do tempo entre a aula comum e o apoio, para que os alunos que precisam de apoio, não fiquem saturados de atividades e não encontrem tempo disponível para outras atividades cotidianas que lhe trarão benefícios nas demais áreas do desenvolvimento/conhecimento.

Nessa concepção, a análise das dificuldades que os professores do ensino regular estão enfrentando com as crianças Portadoras de Deficiências em sala de aula, constitui-se em fator de análise para tentar somar outra deficiência, que é evitar como os professores de ensino regular estão sanando as dificuldades encontradas com essa inclusão, pois não é segredo para ninguém, o fato de que os alunos de classe especial passam por um rol de conteúdos diferenciados daquele do ensino regular, exigindo, algumas vezes que o professor busque novas alternativas metodológicas que viabilizem o trabalho do professor do ensino regular (WERNECK, 1997, p. 23).

Nesse ponto, temos que pensar nas adaptações curriculares que não vão tratar de como essa criança vai chegar à escola, e sim de como ela vai permanecer e de como vai se desenvolver o trabalho pedagógico, visando atingir um processo pleno de ensino aprendizagem. Só com um currículo adaptado e flexível é que a escola poderá atender às necessidades específicas de aprendizagem de cada aluno para com isso contemplar em seu universo um número cada vez maior de alunos.

Quando se fala de adaptações curriculares, segundo o MEC (Resolução CNE/CEB 02/2001), é preciso levar em conta o projeto político pedagógico, as adaptações referentes às atividades e as adaptações individuais para o atendimento a cada aluno.

No caso do projeto político pedagógico, ele tem que ser pensado de forma a atender a todos os alunos, focando a organização escolar e seus serviços de apoio, garantindo que todos possam alcançar um mesmo objetivo dentro de sala de aula.

As adaptações nas atividades são no sentido de se pensar uma aula onde todos possam participar e colaborar, com exercícios que propiciem a maior integração entre os alunos, onde não exista uma competição entre eles e sim do aluno com ele mesmo, procurando romper seus limites e tendo em seus colegas uma fonte de apoio para isso.

Já as adaptações individuais são as que têm como foco a atuação do professor em relação a cada aluno, no que diz respeito à avaliação e ao método que o professor vai utilizar para trabalhar com o aluno.

O professor deve considerar a deficiência das crianças com necessidades especiais e encontrar formas adequadas para transmitir os conhecimentos e avaliar o aproveitamento de cada criança.

Quando as escolas recebem alunos com deficiência, a escola e o professor são estimulados a rever a sua prática e a buscar outras formas de ensinar, como a cooperação em sala de aula, que é um fator de grande relevância para a inclusão escolar, pois permite

interação e troca de vivência entre os alunos. O professor deve desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação em que aqueles alunos que tem mais habilidades possam ajudar aqueles com menos habilidades, e oferecer oportunidades de compreender melhor os alunos com necessidades especiais, introduzindo métodos baseado na noção de que os alunos podem efetivamente ensinar uns aos outros.

Portanto, não restam dúvidas que o processo de integração social passa, necessariamente, pela família, pelo o professor e pela escola, como primeiras instâncias onde o aluno tem maior participação.

Na educação especial, os métodos de ensino, o processo de aprendizagem e os objetivos são diferentes. No entanto, o aluno com necessidade especial está sempre adquirindo conhecimento, mesmo que não seja o formal. Tendo em vista que a assimilação do conceito é mais difícil para o aluno com deficiência, deve-se sempre procurar transformar esse processo em atividades práticas concretas e lúdicas, de modo a torná-los mais participantes, passando a serem vistos e a se verem como parte ativa na sala de aula. A inclusão não é preparar o aluno e, sim, adaptar a sala de aula, a turma e a creche ou a escola para receber esse aluno especial.

3.2 O TRABALHO DOS EDUCADORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CRECHE E NA ESCOLA

A creche e as escolas hoje, além de uma necessidade é um direito de toda e qualquer criança, independente de classe, gênero, cor ou sexo. O trabalho dos educadores de creche corresponde à assistência e à educação, oferecendo um atendimento comprometido com o desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais Lei de Diretrizes e Bases (LDB/ 1996).

O espaço das creches e das escolas se divide em salas onde cada uma é responsável em atender a demanda por idade. Num determinado momento de permanência da criança na creche, ou seja, a cada ano ocorre o remanejamento para outra turma quando atingida a idade máxima permitida na sala.

A inclusão é um trabalho efetivo e em grupo, devendo haver um envolvimento entre educadores, coordenador, pais e crianças. Não há como agir com a criança mesmo pequena, sem considerar suas vontades, suas necessidades, seus medos e seus sentimentos. As

mudanças substanciais em geral despertam ansiedade. Daí a importância de um trabalho consciente e responsável pela infância nestas instituições.

As oportunidades de relações oferecidas na creche entre educadores e crianças e crianças entre si, sem laços familiares ou de parentesco, diferenciam daquele que se recebe em casa. A creche entendida como instituição educativo-profissional, torna-se um dos primeiro local em que a criança vivencia situações de inclusão.

Neste ambiente é comum as crianças serem indicadas a salas específicas conforme sua idade, assim, crianças de zero a um ano e meio geralmente ficam agrupadas num local chamado berçário. A partir de um ano e meio até em média três anos elas frequentam o Maternal I e crianças de três até quatro anos e meio correspondem aquelas do Maternal II.

Determinado momento da permanência da criança na creche e na escola será inevitável o seu remanejamento, ou seja, a mudança de sua sala para outra devido a sua idade e também a demanda por vagas. Este remanejamento segundo o Referencial Curricular Nacional RCN's (1998) precisa ser gradativo, pois "as crianças pequenas (...) constroem vínculo afetivo com o adulto de referência, a base sobre o qual vão se sentir seguras para explorar o ambiente e se relacionar com novas pessoas." (BRASIL, 1998, p. 83).

Cuidar e educar são elementos indissociáveis e facilitadores de inclusão. A maior parte do dia-a-dia de uma creche está centrada em momentos práticos e de assistência por questões de direitos prioritários à infância, como alimentação, higiene, descanso e momentos de lazer onde as brincadeiras ocupam seu lugar.

As instituições de ensino no caso a escola e creche são responsáveis pelas dificuldades que seus educadores encontram quando se deparam com os alunos portadores de necessidades especiais em suas turmas, pois não os preparam para enfrentar essa realidade e com isso acabam por descumprir a própria Lei de Diretrizes e Bases LDB (1996) que destaca:

Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil.

As professoras foram educadas numa sociedade que exclui, sem o menor tipo de preparação, para realizar a inclusão escolar. Para isso eles precisam romper com uma lógica preconceituosa estabelecida na nossa sociedade de que as pessoas portadoras de necessidades especiais não são capazes de aprender e conviver com os outros cidadãos até então tidos como

normais. Nesse ponto mais uma vez é descumprida a lei, pois segundo o Artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases LDB (1996) estabelece que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Porém, não se pode achar que só o sistema não funciona, e que os professores estão totalmente isentos de responsabilidades, pois esse professor tem também o dever de criar situações para que seu aluno tenha uma visão crítica do mundo. Então, o que se pode esperar deles, é que tenha em sua prática esta mesma visão crítica.

Um dos erros cometidos por professores e coordenadores, tanto das escolas quanto das Faculdades de Educação, é em relação à necessidade de disciplinas sobre educação inclusiva. Essas matérias não deveriam ser vistas somente como uma forma de preparar educadores para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais. O objetivo tanto do educador e/ou futuro educador que estão cursando a disciplina, bem como o foco utilizado na mesma, têm que ser a orientação de como lidar com portadores de necessidades especiais em todas as situações do cotidiano, quebrando com isso as barreiras atitudinais criadas pelo preconceito.

Falar da creche e das escolas da Educação Infantil inclusiva é muito mais do que tratar de uma instituição de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou sua importância educacional. É falar de crianças especiais, sujeitos de direitos adquiridos em leis. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida; dependente, mas capaz de polarizar atenções ao redor e si, todo aberto para o outro, mas que só se desvela se, no outro, houver em pessoa humana enquanto vida em plenitude, de felicidade, de encontro.

Acredita-se que sendo a creche e a escola um ambiente onde a criança inicia sua interação com pessoas sem nenhum grau de parentesco, torna-se relevante um trabalho pedagógico consciente, pois nossas ações podem deixar sentimentos cristalizados. A maneira de conduzir a prática diária dessas instituições poderá instigar o sujeito a tornar-se alguém seguro e confiante ou retraído e sentindo-se incapaz.

É por meio das reflexões da nossa postura, diante do nosso trabalho que podemos transformar nossas ações. É por meio dos questionamentos e daquilo que nos intriga que há impulsionamento para a busca das respostas. A dúvida reorienta o olhar do educador, se

deixar que ela morra seremos meros "cumpridores de horas trabalhadas", lavando as mãos para o compromisso e vestindo a camisa da incompetência.

Convém destacarmos que o trabalho dos educadores na creche e na escola corresponde à assistência e a educação oferecendo um atendimento, com o compromisso com o desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais (LDB/1996).

Na creche e na escola há sempre algumas mudanças que requer atenção específica das professoras, por exemplo, quando as crianças mudam de uma sala de aula para outra. Sobre esta questão Fischer (2003, p.29) afirma que: “É possível excluir pela forma como se olha, como se pensa, como se fala, como se age ou como se deixa de agir”.

Quando acontecem essas mudanças às professoras devem observar as crianças para que não existam diferenças entre as mesmas. As crianças em uma nova turma podem transparecer angústia medo, ansiedade, e muitas vezes faz birra e prefere brincar isoladamente.

4. METODOLOGIA

Apresentamos neste tópico as instituições da pesquisa, o método, os sujeitos e os instrumentos utilizados para a realização dessa pesquisa. Detalharemos também o campo empírico onde procedeu a coleta de dados referente ao estudo sobre a inclusão escolar na educação infantil.

4.1 INSTITUIÇÃO DA PESQUISA

Visando uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo a pesquisa foi realizada na creche Salvelina Cavalcante localizada na Rua Projetada I S/Nº, Centro na cidade de Malta. Fundada na gestão do prefeito Mauricio de Lima Cajuaz no de 1996. Essa instituição atende seis turmas do maternal ao pré II, contando com o apoio de uma diretora, duas vice-diretoras, seis professoras, seis auxiliares de salas, uma coordenadora pedagógica, uma supervisora, um guarda, quatro auxiliares de serviços gerais e duas cozinheiras.

A creche conta com os serviços pedagógicos e psicológicos, e de uma assistente social, e uma nutricionista que são oferecidos pelo município. O planejamento é realizado quinzenalmente regido pelo projeto político pedagógico (PPP) e pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI). A creche desenvolve projetos didáticos em datas comemorativas.

A referida instituição A creche atende a 96 crianças de classe média baixa, de 0 a 5 anos de idade, funciona em dois turnos manhã e tarde, sendo 30 crianças em duas turmas de maternal e 66 em quatro turmas de Pré-escolar; assim distribuídas: 18 crianças no Jardim I (1-2 anos), 18 em uma turma do Jardim II (3 anos) e 30 em duas turmas de Pré-escolar (4-5 anos).

É uma creche pública municipal muito bem conservada, com um espaço amplo, com salas arejadas, 01 parque de diversão, 01 área de lazer, 03 banheiros. 01 cozinha, 01 almoxarifado, e ainda uma antessala que funciona como recepção e secretaria e sala dos professores.

Quanto aos objetivos da creche é de propiciar um ambiente saudável e acolhedor, onde a criança tenha a oportunidade de vivenciar o cuidar e o educar.

Em um segundo momento a pesquisa foi realizada na Escola Municipal José Francisco da Costa localizada na Rua Leopoldina de Medeiros S/Nº, na periferia da cidade de Malta-Paraíba que teve sua construção iniciada na administração do prefeito Antônio Fernandes filho, e recebeu o nome em homenagem a um vereador que contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Malta.

É uma escola pública muito bem organizada, porém muito pequena em espaço físico, composta apenas com 07 salas de aula, incluindo uma sala de recurso, e um laboratório de informática com 20 computadores, 01 cantina, 01 almoxarifado, 01 quadra para recreação, 01 secretaria e a sala dos professores.

A escola funciona em dois turnos, manhã e tarde, atendendo 175, sendo 15 crianças no pré-escolar I, e 15 crianças no pré-escolar II, todas as crianças pertencentes a classes economicamente desfavorecidas. Os planejamentos são realizados quinzenalmente com a participação da coordenadora e a supervisora que atuam nas escolas municipais da cidade.

Os professores são capacitados para o exercício do magistério e desenvolvem projetos educativos, principalmente projetos de leitura e escrita e participam do PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa). Também realizam projetos nas datas comemorativas; usando como recursos TV, DVD, retroprojektor, aparelho de som, computadores e impressoras.

O quadro de profissionais desta escola é composto por 01 gestora, 01 diretora adjunta, 07 professoras e 08 funcionários para serviço na área de apoio totalizando 17 funcionários.

Quanto aos objetivos da escola é de favorecer á criança condições de ampliação, e valorização de seu saber, dando-lhe oportunidades de compreender e transformar o mundo, e suas relações no ambiente em que vive.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Sobre a caracterização da pesquisa, trata-se um estudo qualitativo de cunho exploratório e descritivo baseada em pequenas amostras que possibilitam compreender a dimensão e o

contexto do problema, ao mesmo tempo em que busca proporcionar maior aproximação com o problema pesquisado.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2006), objetiva à construção da realidade, se preocupando com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, característica esta, da pesquisa quantitativa.

Uma das vantagens da pesquisa qualitativa é que, à medida que os dados vão sendo colhidos, eles interferem na continuidade do estudo podendo, inclusive, trazer novos questionamentos que poderão modificar o eixo e até mesmo o objetivo da pesquisa. Isso ocorre por que pesquisador e pesquisado vivem um processo de interação que propicia o surgimento de novos questionamentos.

Diante do objeto de estudo sentimos a necessidade de um método de pesquisa que permita ir além do que está escrito nas leis e nas tabelas, que permita um olhar diretamente para esse sujeito que é o objeto da pesquisa e com isso tirar dele o máximo sobre a sua realidade. Para isso optamos por utilizar a pesquisa qualitativa por considerarmos que não adianta analisar números frios (que levam, em geral, a percentuais que podem camuflar a realidade) e sim ouvir o que estas professoras poderiam me dizer.

A pesquisa exploratória visa permitir um aprofundamento maior sobre o tema ou questões com as quais o pesquisador não esteja ainda muito familiarizado ou que disponha de poucas informações (NASCIMENTO, 2002).

De acordo com Moreira e Caleffe (2006), a pesquisa descritiva baseia-se na premissa de que os problemas podem ser resolvidos por meio da observação objetiva, da análise e da descrição. As observações proporcionam a elaboração e a partilha de conhecimentos entre o pesquisador e os sujeitos.

4.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas direcionadas às professoras participantes. O roteiro focaliza as seguintes dimensões: dados de identificação dos educadores; questões referentes ao objeto de estudo: conhecimentos e prática (conceito, ideias dos profissionais em relação à inclusão,

dificuldades encontradas pelos participantes na realização do processo), e condições necessárias à efetivação da educação inclusiva.

O roteiro da observação permitiu investigar a atuação das professoras quanto aos aspectos inclusivos.

4.4 SUJEITOS DA PESQUISA

É importante destacar que participaram desta pesquisa 08 educadoras de duas instituições da rede municipal de ensino, sendo seis da creche Salvelina Cavalcante, e duas da escola José Francisco da Costa. Objetivamos fazer um estudo comparativo, que nos possibilitou verificar como as educadoras trabalham com a educação inclusiva em diferentes realidades.

Todos os participantes são do sexo feminino e residem no município de Malta. Com relação à idade, a maioria está na faixa etária acima de trinta e nove anos. Quanto ao nível de formação quatro dos sujeitos pesquisados possuem apenas o ensino médio, e apenas um sujeito possui o ensino médio na modalidade normal (magistério). Quatro possuem nível superior completo, sendo um graduado em Biologia e os outros três sujeitos graduados em Pedagogia, duas destas são habilitadas em Psicopedagogia Clínica Institucional. O tempo de exercício da atividade docente varia entre dez e dezenove anos. Três participantes atuam há dezesseis anos, duas a dezenove anos, uma a doze anos, e duas a treze anos.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes do início da coleta de dados, foi realizada uma visita às Instituições para esclarecimento sobre a pesquisa e entregue o Termo de Anuência para a realização da pesquisa na referida creche e na escola.

Tivemos também uma conversa informal com as professoras pesquisadas. Nesse primeiro contato foi explicado para cada entrevistada qual é o tema da pesquisa, e ainda foram esclarecidos que o objetivo da entrevista não era a obtenção de respostas pronto-acabadas sobre o tema, ou que estudassem antes da entrevista, mas sim que falem abertamente sobre o que sabem em relação à educação inclusiva, sua visão e o que fazem na sua prática cotidiana.

Antes de cada entrevista, todas tiveram acesso às perguntas, foram consultadas sobre a possibilidade de utilização das informações por elas mencionadas e sobre o total anonimato que seria adotado na pesquisa por meio de nomes fictícios.

Os questionários foram respondidos em uma sala para planejamento nas duas instituições com uma duração de meia hora, sendo uma professora a cada dia na Creche Salvelina Cavalcante, e uma hora na Escola José Francisco da Costa, na qual as professoras ainda fizeram alguns questionamentos sobre o porquê da pesquisa? Principalmente as da Escola José Francisco da Costa.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo analisamos os dados a partir dos questionários, onde obteve-se o entendimento e a visão do conhecimento de professores de Educação infantil acerca da inclusão na Educação Infantil e a sua prática pedagógica no cotidiano escolar. Para garantir o sigilo dos participantes da pesquisa optamos por nomeá-las por: Professora A, Professora B, Professora C, Professora D, Professora E, Professora F, e Professora G.

Apresentamos os dados colhidos e a análise das informações. Vejamos então a análise desses dados.

Tabela 01

Questão 01 _ Para você o que é Educação Inclusiva?

Professora A	É a educação para os alunos que têm algum tipo de deficiência.
Professora B	É uma ação educacional humanística, amorosa, mas não piedosa, que percebe o sujeito em sua singularidade e que tem como objetivo o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.
Professora C	É um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes no ensino regular.
Professora D	É um processo em que se amplia a participação de todos nas salas de aula.
Professora E	O que eu sei sobre educação inclusiva, foi o que li na revista Nova Escola, que é trabalhar os alunos especiais junto com os outros alunos normais.
Professora F	É um processo educacional que garante a entrada e permanência de crianças no meio escolar em salas regulares do ensino fundamental.
Professora G	É um processo em que amplia a participação de todos os estudantes no ensino regular, ou seja, inclui os alunos com necessidades especiais.
Professora H	É aquela educação para os alunos com um tipo de deficiência.

De acordo com as respostas apresentadas percebemos que as professoras no geral têm algum um conhecimento, ou alguma leitura sobre o que seja educação inclusiva educacional, principalmente quando destacam que é “É um processo educacional que garante a entrada e permanência de crianças no meio escolar em salas regulares do ensino fundamental.”.

Quando responde dessa forma fica clara a familiaridade com o tema, o conhecimento de que incluir não é apenas matricular, mas a também garantir a permanência do indivíduo na escola.

De acordo com Facion (2003, P.192) “[...] em seu sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentemente do seu talento, deficiência, origem socioeconômica, ou cultural, em escolas e salas de aulas provedoras, em que todas as necessidades das necessidades dos alunos são satisfeitas”. Sendo assim percebemos que partes das professoras conhecem sobre a inserção e a inclusão educacional e compreende a importância de sua singularidade para os alunos com necessidades especiais.

Observamos também que duas professoras entrevistadas apresentaram conceitos sobre a educação inclusiva um pouco distanciada do que realmente seja a educação inclusiva, pois esse tipo de educação não se resume apenas em uma “educação para os alunos que têm algum tipo de deficiência”, e “aquela educação para os alunos com um tipo de deficiência”, como responderam as professoras A e H respectivamente.

De acordo com Mrech (2006, p.12):

Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem tem o direito à escolarização o mais próxima possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade.

Dessa forma enfatizamos que inclusão é a transformação do sistema educacional, de forma que a criança esteja na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades.

Tabela 02

Questão 02_ Expresse sua opinião sobre o impacto do processo de inclusão no cotidiano escolar.

Professora A	O impacto é que eu não estou preparada para trabalhar sobre inclusão escolar não estudei sobre o assunto.
Professora B	A constante necessidade de se aprimorar cada vez mais as relações sociais requer superações das atividades discriminatórias frente às desigualdades e diferenças existentes entre pessoas. Por tanto, a necessidade de mudança de paradigmas vivenciando nas escolas é o maior impacto no cotidiano escolar.

Professora C	O processo é que a inclusão é um processo que envolve dinamismo, mudanças de atitudes e muita reflexão em torno da escola e da sociedade, onde a sociedade se adapta para poder incluir os alunos com necessidades especiais, esse é o maior impacto.
Professora D	O maior impacto é não saber trabalhar com o aluno especial.
Professora E	O impacto é que as escolas não foram preparadas para receber e incluir o aluno com necessidades especiais.
Professora F	Como impacto no meio escolar, tem se observado um maior número de crianças especiais em escolas e creches, sem os professores estarem capacitados para incluir esse aluno.
Professora G	O maior impacto do processo de inclusão no cotidiano escolar é a mudança de paradigma vivenciado pelos profissionais que nela trabalham.
Professora H	Constatamos em nosso meio a presença de inovações em nosso dia-a-dia nas escolas. O impacto de inclusão tem trazido para as escolas e creches um maior público de crianças com necessidades especiais.

Através das respostas apresentadas verificamos que apenas três professoras (A, D, E) responderam que o maior impacto relacionado a inclusão é o fato de não estarem preparadas para desenvolver um trabalho nessa perspectiva. O que não é positivo, pois ter conhecimento e habilidade para trabalhar inclusivamente é fundamental, torna o professor mais seguro na sua prática, e conseqüentemente irá valorizar uma metodologia voltada para a inclusão.

Assim, torna-se extremamente importante a formação do professor para atuar de forma inclusiva, ou seja, de propor metodologias que contemplem a inclusão. De acordo com Fernandes (2007, p. 76):

A legislação nacional continua a apontar como diretrizes, dois contextos de formação: o do professor Generalista, que apenas tem contemplado em sua formação conteúdos gerais sobre a educação especial, e o professor Especialista, que tem, de fato, a responsabilidade de não apenas identificar necessidades educacionais especiais, como também oferecer os caminhos pedagógicos mais adequados para dar respostas a elas.

Neste sentido as professoras devem buscar formação, se aperfeiçoar para trabalhar com os alunos especiais, para que a inclusão não materialize apenas em inserir o aluno na sala de aula sem os resultados esperados.

Já as professoras B, C, G destacaram como impacto as mudanças no cotidiano escolar e a necessidade de novos paradigmas que envolvam mudanças de atitudes frente às desigualdades e diferenças existentes entre as pessoas. Elas percebem a importância não só de

receber as crianças, mas também de mudanças que contemplem o quadro atual das escolas com alunos especiais. De certa forma compreendem que para que a inclusão aconteça, muito tem que ser mudado, e essa mudança de paradigmas tem causado certo impacto, maior dificuldade para se trabalhar.

Segundo Mantoan (2002, p. 243)

Resistimos à inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos, por motivos, muitas vezes banais e inconsistentes apoiador por uma organização pedagógica escolar que se destina alunos ideais padronizados por uma concepção de normalidade e de deficiência arbitrariamente definida.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) o papel da Educação Especial é de integrar os alunos contexto regular, porém, não é todos que vão para a escola regular. Na década de 90 inicia-se a inclusão, nesse sentido se não existir uma transformação nas escolas públicas para acolher os alunos com necessidades educacionais nas escolas continua o impacto no cotidiano escolar.

A professora F relata sobre o número de crianças com necessidades especiais escolares, e percebe que um grande impacto é a falta de conhecimento dos professores sobre a inclusão escolar.

As professoras F e H apresenta como o impacto do processo de inclusão no cotidiano o aumento do número de crianças com necessidades especiais escolares. Nesse sentido Bueno (1998, p.28) destaca que:

[...] para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas a demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto sócio, econômico, além de serem gradativos, planejadas e continuas para garantir uma educação de ótima qualidade (BUENO,1998, p.28).

Segundo o autor, o ambiente em que a pessoa com deficiência está inserida, principalmente o da escola, na medida em que não lhe oferece condições para que se estabeleçam trocas simbólicas com o meio físico e social, não exercita ou provoca a capacidade representativa dessas pessoas, conseqüentemente, compromete o desenvolvimento do pensamento. Faz-se necessário a construção de projetos educacionais que possam atender as necessidades dos alunos, permitindo o acesso, de direito, a uma educação de qualidade.

Tabela 03

Questão 03_ Na sua visão, qual seria o melhor atendimento para as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais?

Professora A	É educar as crianças na sala de aula com alguns cuidados a mais do que os outros.
Professora B	É fundamental que os integrantes da escola, sobretudo professores e os coordenadores pedagógicos construam um vínculo com os membros da família do aluno com necessidades educacionais especiais.
Professora C	Mais salas de recursos multifuncionais e mais escolas com profissionais capacitados.
Professora D	Seria um bom atendimento se todos os professores soubessem trabalhar com essas crianças.
Professora E	O melhor atendimento seria se todos soubessem trabalhar com esses alunos.
Professora F	Inseri-los em salas regulares junto com os demais alunos do ensino regular.
Professora G	Seria uma parceria entre a escola, família e comunidade.
Professora H	Inseri-los nas salas de aula do ensino regular.

Na abordagem apresentadas pelas pesquisadas (H-F) verificamos que elas focalizaram que o melhor atendimento para crianças especiais seria aquele que contemplasse o cuidar e o educar inserindo- as em salas do ensino regular. Elas consideram importante a integração dos alunos deficientes com alunos tidos normais em salas de aula do ensino regular. Dessa forma comungam com alguns teóricos a exemplo de Kunc (1992, p.29) quando afirma que "[...] o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo”.

Já a professora “A” direciona sua resposta de forma a se distanciar do defende alguns Kunc (1992) quando aponta que as crianças que têm necessidades educacionais devem ter um

cuidado diferenciado das outras. Na sua concepção incluir é cuidar e educar de forma em que essas crianças sejam educadas com cuidados e atividades diferentes das outras crianças.

A professora C propõe mais salas de recursos, porque consideram que nestas salas existem profissionais capacitados, na sua visão as crianças estão incluídas se participarem desta sala, porque considera que o trabalho cooperativo auxilia muito na aprendizagem. Ela não ainda não entende que a inclusão das crianças acontece nas salas do ensino regular, e que as crianças necessitam de estar inseridas com as crianças sem dificuldades de aprendizagem.

A professora D relata se todas as professoras estivessem capacitadas para incluir essas crianças, seria um atendimento de qualidade. Dessa forma demonstra familiaridade, conhecimento sobre a inclusão escolar.

A professora G aborda que para que essas crianças sejam inseridas juntas as outras é necessário um trabalho em conjunto com família, escola, e sociedade, porque ela sabe que a inclusão depende da ajuda de todos. Ela já trabalha incluindo todas as crianças porque tem conhecimento do tema estudado, e procura a cada dia fazer um trabalho em sala de aula com um olhar voltado para a inclusão, levando em consideração as necessidades de cada criança. De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.18) a pedagogia centralizada nas crianças contribui para evitar o desperdício de recursos e a frustração de esperança, consequência da má qualidade do ensino e da mentalidade do que “o que é bom para um é bom para todos”.

Tabela 04

Questão 04_ Quais fatores ou condições são necessários para que uma creche ou escola seja considerada inclusiva?

Professora A	Ela deve acolher a todos, educar e ensinar respeitando as diferenças individuais de cada aluno. Respeitar as diferentes realidades dos alunos.
Professora B	Ela deve acolher a todos, educar e ensinar respeitando as diferenças individuais de cada aluno. Respeitar as diferentes realidades dos alunos.
Professora C	Ela deve acolher a todos, educar e ensinar respeitando as diferenças individuais de cada aluno. Respeitar as diferentes realidades dos alunos.
Professora D	Ela deve acolher a todos, educar e ensinar respeitando as diferenças individuais de cada aluno. Respeitar as diferentes realidades dos alunos.
Professora E	Respeitar as diferentes realidades dos alunos.

Professora F	Respeitar as diferentes realidades dos alunos.
Professora G	Ela deve acolher a todos, educar e ensinar respeitando as diferenças individuais de cada aluno. Respeitar as diferentes realidades dos alunos.
Professora H	Respeitar as diferentes realidades dos alunos.

As respostas apresentadas pelas professoras mais uma vez sinalizam que ela tem propriedade sobre o tema, ou seja, que tem conhecimento sobre quais requisitos são necessários para que uma escola se torne inclusiva. Deixa claro que ambas tem conhecimento de que o respeito às diferenças consolida a responsabilidade pela escolarização de todos os alunos respeitando as diferenças individuais de cada um incluindo-os em um ambiente saudável por meio de uma educação inclusiva. E que este atendimento de prioridade ao desenvolvimento e a recuperação dos seus limites no cotidiano escolar é extremamente importante.

Sobre essa importância de acolher a todos e respeitar as individualidades de cada aluno o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2001, p.205) Lei nº 10.172/2001, destaca que "o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana", e é nesta perspectiva que as entrevistadas apresentam suas respostas.

Tabela 05

Questão 05 Existe muitos problemas que impedem que a educação inclusiva atinja o objetivo desejado. Dentre as opções citadas quais você considera como sendo a maior dificuldade em trabalhar a educação inclusiva?

- () Lidar com os alunos incluídos de forma que eles possam conviver com os demais alunos.
- () Rever sua prática e buscar outras formas de ensinar.
- () A falta do desenvolvimento de estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que têm maior habilidade possam ajudar o aluno deficiente.
- () Falta de capacitação para trabalhar de forma inclusiva.
- () Outros:_____

Professora A	Desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que tem mais habilidades, possa ajudar o aluno incluído. Não está capacitada para trabalhar a inclusão.
Professora B	Desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que tem mais habilidades, possa ajudar o aluno incluído.
Professora C	Rever sua prática e buscar outras formas de ensinar.

	Não está capacitada para trabalhar a inclusão.
Professora D	Rever sua prática e buscar outras formas de ensinar. Desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que tem mais habilidades possa ajudar o aluno incluído. Não está capacitada para trabalhar a inclusão.
Professora E	Rever sua prática e buscar outras formas de ensinar. Desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que tem mais habilidades possa ajudar o aluno incluído. Não está capacitada para trabalhar a inclusão.
Professora F	Desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que tem mais habilidades possa ajudar o aluno incluído.
Professora G	Rever sua prática e buscar outras formas de ensinar. Desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que tem mais habilidades possa ajudar o aluno incluído.
Professora H	Desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que tem mais habilidades possa ajudar o aluno incluído.

Analisando as respostas verificamos que os sujeitos pesquisados em unanimidade defendem que o que impedem o alcance dos objetivos da educação inclusiva é o despreparo dos professores para atender as necessidades peculiares de cada aluno inseridos nas classes de alunos considerados normais. Outro fator que impedem segundo as entrevistadas é não se desenvolver estratégias que gerem um ambiente em que os alunos considerados normais possam ajudar o aluno incluído.

Para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para trabalhar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III da Lei de Diretrizes e Bases (LDBN, 1996) garante que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiências “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44). Nessa ótica as respostas das professoras contemplam a importância de a professora está preparado, e que possam auxiliá-lo no trabalho em sala de aula de forma inclusiva o aluno incluído, e que esteja capacitado.

Tabela 06

Questão 06_ Você tem algum conhecimento sobre educação inclusiva?

Professora A	Pouco conhecimento.
Professora B	Pouco conhecimento.
Professora C	Pouco conhecimento.
Professora D	Pouco conhecimento.
Professora E	Pouco conhecimento.
Professora F	Razoável.
Professora G	Pouco conhecimento.
Professora H	Muito conhecimento.

Sobre o conhecimento das professoras relacionadas à educação inclusiva em suas respostas demonstraram ter “pouco conhecimento” (Professoras: A_B_C_D_E_G) ou conhecimento “razoável” (professora F), sendo esse um dos problemas enfrentados pelos profissionais, pois em outras respostas (na questão 6) apenas uma professora (H) afirma ter muito conhecimento sobre o tema.

Esse fato torna-se preocupante, pois é extremamente importante o domínio do professor para se trabalhar envolvendo um tema tão complexo que é a inclusão. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (Brasil, 1998), a educação inclusiva é favorecida quando se atenta para questões como: preparação e dedicação dos professores, apoio especializado para os que necessitam a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes. Neste sentido a maior dificuldade das entrevistadas é a falta de um padrão único de qualidade de uma educação que possuam objetivos voltados para acolher as diversidades das instituições.

Tabela 07

Questão 07_ Para você as matérias que as instituições oferecem para trabalhar com as crianças deficientes nas aulas é: () suficiente; ()insuficiente; () razoavelmente suficiente; () pouco suficiente

Professora A	Suficiente.
--------------	-------------

Professora B	Insuficiente.
Professora C	Razoavelmente suficiente.
Professora D	Razoavelmente suficiente.
Professora E	Razoavelmente suficiente.
Professora F	Razoavelmente suficiente.
Professora G	Insuficiente.
Professora H	Razoavelmente suficiente.

Como se pode observar na tabela 07, a professora A que tem pouco conhecimento sobre a inclusão escolar concorda que a instituição oferece material suficiente. As professoras C, D, E, F, H responderam que o material é razoável, e apenas uma insuficiente para incluir as crianças deficientes, porque trabalhar a diversidade requer recursos materiais. As professoras consideram os materiais de suma importância para trabalhar e facilitar a aprendizagem das crianças, e relatam que existem materiais, mas não o suficiente para uma aprendizagem satisfatória nas instituições, De acordo com Moreira (2006, p.171) o professor necessita de materiais pedagógicos despertando o interesse “[...] o professor deve ensinar utilizando recursos e princípios que facilitem a passagem da estrutura conceitual de material de ensino para a estrutura conceitual do aluno de maneira significativa”.

Tabela 08

Questão 08_ Nas instituições que você trabalha tem crianças que necessitam ser incluídas juntas às outras para uma aprendizagem satisfatória. Se sim, de que maneira você trabalha?

Professora A	Todas com a mesma atividade.
Professora B	De forma diferenciada.
Professora C	Todas com a mesma atividade, mas com uma atenção voltada para elas.
Professora D	Todas com a mesma atividade, mas com uma atenção voltada para elas.
Professora E	Todas com a mesma atividade, mas com uma atenção voltada para elas.
Professora F	Todas com a mesma atividade, mas com uma atenção voltada para elas.
Professora G	De forma diferenciada.
Professora H	Todas com a mesma atividade, mas com uma atenção voltada para elas.

Verificamos através das respostas que duas professoras (B - G) trabalham com crianças deficientes de forma diferenciada. Pelas suas respostas verificamos que elas acreditam que

devem apresentar atividades diferentes para garantir a inclusão. Pelas suas respostas somos levados a entender que ela acredita que a partir do contato com as outras crianças, as consideradas normais podem auxiliar e possibilitar uma aprendizagem de sucesso.

Já as professoras (C, D, F, H) afirmaram que trabalham com a mesma atividade, mas com uma atenção voltada para elas. Assim elas acreditam que para incluir precisam trabalhar com as mesmas atividades, seja para crianças deficientes ou não. De acordo com Esteban (2004, p.16) “[...] o processo único e homogêneo, e o processo linear despotencializam os exercícios escolares, torna a aprendizagem como igual para todos”

Tabela 09

Questão 09_ Para que a inclusão se concretize de forma adequada nas instituições é necessário que: () os professores adquiram mais conhecimentos; () mais força de vontade; () Um PPP voltado para as necessidades das crianças; () tenha ajudante em sala de aula.

Professora A	Os professores adquiram mais conhecimentos.
Professora B	Os professores adquiram mais conhecimentos. Um PPP voltado para as necessidades das crianças. Tenha ajudante em sala de aula.
Professora C	Os professores adquiram mais conhecimentos. Um PPP voltado para as necessidades das crianças. Tenha ajudante em sala de aula.
Professora D	Os professores adquiram mais conhecimentos. Tenha ajudante em sala de aula.
Professora E	Os professores adquiram mais conhecimentos. Mais força de vontade. Tenha ajudante em sala de aula.
Professora F	Os professores adquiram mais conhecimentos.
Professora G	Os professores adquiram mais conhecimentos. Um PPP voltado para as necessidades das crianças.
Professora H	Os professores adquiram mais conhecimentos.

De acordo com as respostas das professoras o principal empecilho é a falta de conhecimento. Outro motivo é que as escolas incluam nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) metas que valorize a cultura e a história e as experiências anteriores da turma, e que os currículos sejam adaptados que criem contextos educacionais capazes de ensinar a todos.

Souza & Silva, (2009, p.27) enfatiza que: “Temos que pensar que para que a inclusão se efetue não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino”. Neste contexto a inclusão escolar só será possível quando

existir a inserção de práticas pedagógica no seu cotidiano. Para que aconteça a inserção de práticas pedagógicas satisfatórias, sem sobre de dúvidas torna-se necessário a preparação dos profissionais envolvidos no processo educacional, e de acordo com as educadoras, podemos perceber que elas consideram esse fato, o de a formação para o trabalho é um fator determinante para a inclusão e um trabalho satisfatório.

Tabela 10

Questão 10_ A estrutura física em instituições que atendem crianças com necessidades especiais é:

Professora A	Muito importante.
Professora B	Muito importante.
Professora C	Importante.
Professora D	Importante.
Professora E	Importante.
Professora F	Muito importante.
Professora G	Muito importante.
Professora H	Muito importante.

As entrevistadas consideram a estrutura física importante para o desenvolvimento das instituições. De acordo com suas respostas elas consideram que os espaços devem ser apropriados para desafiar os alunos levando em consideração os aspectos cognitivo, social e motor, para uma construção pessoal, e desenvolvimento de autonomia. Crespo apud Viana et al (2008) indica que se faz necessário a preparação da escola para receber alunos com deficiência, já que, por lei, esses alunos também tem direito á educação e socialização, além disso, precisam de um ambiente que favoreça seu direito de ir e vir com autonomia e segurança. (BRASIL, 2008).

Tabela 11

Questão-11-você se considera preparada para desenvolver seu trabalho numa turma que tenha um aluno deficiente?

Sim () não()

Justifique sua resposta

Professora A	Não. Porque tenho um aluno com deficiência e sinto muita dificuldade
--------------	--

	para entender e integrar na sala de aula, muitas vezes, deixo ele sai para ficar brincando no pátio da escola por não saber como incluir na sala de aula.
Professora B	Sim. Porque fiz especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, e sei como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.
Professora C	Não. Porque tento trabalhar com elas e muitas vezes sinto que elas não aprendem.
Professora D	Não. Porque muitas vezes aplico atividades diferentes para as crianças que não acompanha os colegas, e elas pedem para fazer atividade igual aos outros, e não tenho um bom resultado.
Professora E	Não. Porque faço a mesma atividade e vejo que elas não conseguem fazer, e não tenho outra estratégia de como ensinar da forma correta.
Professora F	Sim. Trabalho a mesma atividade, mas com uma atenção maior para aqueles que têm dificuldades.
Professora G	Sim. Aplico atividades de forma diferenciada, mas de uma maneira que essas crianças não percebam, porque vejo que elas aprendem mais com atividades diferente.
Professora H	Sim. Porque trabalho com a mesma atividade, mas com um olhar, e uma atenção para os que têm dificuldades, e procuro integrar junto daqueles que entendem mais para ajudar.

Percebemos que as professoras A-C-D-E não se consideram preparadas para desenvolver seu trabalho numa turma que tenha um aluno deficiente e deixam claro que não

conseguem um bom êxito, tornado-se necessário que elas necessitam repensar a sua prática docente de maneira que atenda a todos, para que possam aprender de forma significativa.

A professora A relata que tem um aluno com deficiência e não consegue desenvolver estratégias que possa inclui-lo, por falta de conhecimento sobre o tema estudado, e deixa-o muitas vezes sair para brincar fora, justamente por essa dificuldade e falta de formação para desenvolver um trabalho inclusivo.

As professoras B-F-H-G. responderam sim, porque elas dominam o tema pesquisado e tem conhecimento sobre a inclusão na educação infantil, e sempre integram os alunos que sentem dificuldades, desenvolvendo estratégias de forma que eles alunos assimilem os conteúdos estudados, seja com a mesma atividade ,ou com atividades diferenciadas .Segundo elas procuram incluir realizando atividades em grupo ,porque a partir do contato com os outros alunos eles desenvolvem sua aprendizagem e compartilha saberes com s alunos considerados normais.

A Declaração de Salamanca proclama o direito fundamental a educação de todas as crianças

[...] que precisam assumir uma postura inclusiva. [...] ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuem desvantagens [...] no sentido de modificar atitudes discriminatórias de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (BRASIL, 1994, p. 5).

Dessa forma fica evidente a importância de o professor está preparado para trabalhar de forma inclusiva com alunos deficientes ou não, pois disso também vai depender o desenvolvimento, o sucesso ou fracasso escolar de seus alunos.

De uma maneira geral percebe-se claramente que as professoras não se encontram preparadas para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, e elencaram a falta de capacitação sobre a inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um processo e como tal, precisa ser construído, valorizando a participação de toda a sociedade e o respeito aos portadores com necessidades educacionais especiais, a fim de que essas pessoas possam viver com dignidade, com vistas a sua produtividade e participação plena na vida social. Nesse sentido, governo, sociedade, pais e profissionais da área educacional devem somar esforços no sentido de garantir a todas as crianças inseridas nesse contexto, condições reais de inserção social com o apoio de seus familiares e de toda a sociedade.

Após as análises das entrevistas com as educadoras e do levantamento bibliográfico, constatamos a importância de uma preparação dos professores e do ambiente escolar adequado para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais para que ocorra realmente um processo de inclusão visando o desenvolvimento dos educandos.

Nesse trabalho buscou-se investigar o conhecimento dos profissionais da Educação Infantil relacionado ao trabalho com alunos portadores de necessidades especiais em classes comuns de Educação Infantil, e refletir a respeito da inclusão social a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania com base na Educação Inclusiva. Diante do estudo feito percebemos que teoricamente os professores reconhecem a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais em salas de aula “normais”, pois apresentaram respostas, caracterizando esse processo como indispensável para o crescimento de alunos com necessidades especiais.

No entanto, na prática pedagógica, infelizmente, encontra-se muitas limitações, para realização de um trabalho de forma inclusiva. Como por exemplo, a falta de conhecimento sobre a inclusão escolar e a falta de capacitação pedagógica por parte da administração das escolas, como bem foi citado pelos sujeitos pesquisados.

Isso leva a percepção que a ludicidade na Educação Infantil ainda vem sendo trabalhada de forma não planejada, aleatória, sem conhecimento específico.

Os professores pesquisados sentem a falta, a necessidade de um acompanhamento mais próximo de especialistas que podem ajudar diagnosticando as especialidades dos alunos para poder avançar e contribuir para o desenvolvimento dos alunos, trilhando o caminho da inclusão.

Uma das questões que estão mais evidentes é que a responsabilidade por esse despreparo não é só desses profissionais, mas sim, de toda uma estrutura que parece ainda não estar preocupada e/ou interessada em incluir esses alunos na rede regular ou no ensino infantil de ensino e conseqüentemente na sociedade.

Diante dessas colocações, destaca-se que a hipótese levantada nesta pesquisa de que os educadores da Educação Infantil apresentam conhecimento superficial sobre educação inclusiva e trabalham sem um maior suporte seja, pedagógico e teórico se confirmou, pois em suas respostas afirmam que não sentem preparadas para trabalhar de forma inclusiva, os materiais que a instituição oferece é insuficiente, e de certa forma apresentam confusão ao definirem o que é inclusão e como se desenvolve um trabalho contemplando a inclusão.

Observamos a insatisfação das professoras quanto a preparação para trabalhar com a inclusão escolar. As mesmas relataram não estarem preparadas para trabalhar a inclusão escolar. Apenas duas estão aptas para ensinar e desenvolver o processo de inclusão. A maioria das professoras manifestou a necessidade de uma capacitação continua na área, parecendo ser este um dos meios mais perspicazes para a preparação das professoras.

Nesse processo da Educação Inclusiva é de fundamental que os professores estejam abertos a novas experiências e estejam preparados para inovar e refletir sobre a sua prática.

Desenvolver um trabalho visando à inclusão diante de uma metodologia de ensino capaz de estimular aprendizagens, competências e habilidades das crianças em sala de aula, ainda acontece muito no discurso, não porque os profissionais que atuam nessa área sejam demagogos, mas pela impossibilidade de acesso e condições que favoreçam o desenvolvimento das atividades integradoras visando à inclusão, porque esse profissional não pode ser considerado o único responsável por essas ações, o espaço escolar e os responsáveis pelo processo educacional devem priorizar condições necessárias de trabalho para contemplar a educação inclusiva direcionada ao processo de ensino-aprendizagem da criança.

Precisamos refletir que a educação inclusiva é ponto de profundas reflexões. Todos os profissionais envolvidos nesse processo deverão estar conscientes de que o mais importante é que os alunos consigam interagir, progredir, desenvolver-se numa dinâmica integradora, e que os profissionais da educação precisam ter conhecimento para trabalharem voltados para uma educação inclusiva, seja de alunos tidos como deficientes ou não.

Nesta perspectiva defende-se também a presença de uma prática inclusiva, como ferramenta da aprendizagem de forma a ocupar lugares planejados e variados, que não seja simplesmente a aceitação de alunos especiais em sala de aula, mas que vá, além disso, que

realmente incluía os alunos no processo de ensino aprendizagem e garantia a sua permanência, pois a partir da interação direta do aluno com os objetos disponíveis, com um ambiente acolhedor, com o meio e a intervenção adequada do educador, conseqüentemente ocorrerá o desenvolvimento global da criança.

Destacamos ainda, que um dos maiores problemas é o desconhecimento por parte da maioria dos professores e funcionários sobre os princípios e práticas da inclusão, e que a prática pedagógica do professor está impregnada pelo mito, pela concepção - hoje considerada errônea, mas por muito tempo tomado como verdade científica - de que existem duas categorias qualitativamente distintas de alunos: os “normais” que frequentam a escola regular e os “excepcionais”, que são clientela da Educação Especial. Portanto, este aluno não pertence ao seu universo de ensino, onde há um processo de exclusão.

Por fim, avalia-se que a realização deste trabalho proporcionou uma valiosa viagem de estudos sobre a inclusão, porém é preciso afirmar que apesar das ricas informações encontradas, o presente estudo não está finalizado, muito ainda é preciso investigar. Pois se torna pertinente um maior aprofundamento do tema abordado, para que a área pesquisada alcance uma maior abrangência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. **Pesquisas em políticas públicas na Educação Infantil**. 25ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, 2002.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: implicações educativas. Mimeo de conferência apresentada em Foz do Iguaçu, 1998.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990**. Brasília: Gráfica do Senado

_____. Ministério da Educação. **Educação Infantil** (1983 – 1996). (Org): Eloísa Rocha (Couro.), João da Silva Filho, Girandréia Strenzel. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2001b (Série Estado do Conhecimento).

_____. **Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde**. Resolução 196/96. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. 1996

_____. **Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde**. Resolução 196/96.

_____. Proposta pedagógica e currículo em Educação Infantil: **um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

_____. Ministério da Educação. **A Educação Infantil no Brasil: 1994-2001**. Brasília: MEC/INEP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001c.

_____. Lei Nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Direito a Educação: Subsídios para os sistemas educacionais**: Orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. – Brasília: MEC, ACS, 2005.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fulvia.; FERREIRA, Isabel Mendes. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

_____, Rosita. Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CSEI (2000) **Index para a Inclusão**, Centro de Estudos sobre a Educação Inclusiva. Bristol, Inglaterra.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. Guatemala, 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Espanha: Salamanca, 1994.

DEMO, Pedro. **Elementos metodológicos da pesquisa participante**. In: BRANDÃO, C.R. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Ed. Brasiliense, p.104-130, 1984.

ESTEBAN, Maria Teresa, **Diferença e (des) igualdade no Cotidiano Escolar**, IN: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; PACHECO, José Augusto; GARCIA, Regina Leite, [orgs] Curriculo: Pensar, sentir e diferir, Rio de Janeiro. 2004.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. 2ª ed. Curitiba: Ibpx, 2009. Da Justiça - **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas**. Ministério **Especiais** - Brasília, corde, 1997.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: Ibpx, 2007

FERREIRA, Claudia Linhares. **Educação Inclusiva: Será que eu sou a favor pó contra escola de qualidade para todos?** In: **Inclusão, Revista da Educação Especial**, Brasília, ano I nº. 01, out. 2005. P. 40 – 46.

FISCHER, Rosa Maria et al. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2003.

GLAT, Rosana. **Políticas educacionais e a formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil**, 2003.

HALIM, Antonio Girade. **Políticas para crianças com deficiência**. In: UICEF. **O município e a criança de até 6 anos: direitos cumpridos, respeitados e protegidos**. Brasília, UNICEF, 2005. p. 98 – 101.

HEMMINGSON, Hon. e BORELL, Louis. **Environmental barriers in mainstream schools. Child: Care, Health & Development**. Vol. 28, Nº1 January 2002, p.57-63.

HOUAISS. **Dicionário de Língua Portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Editora Record, 2001.

KUNC, Norman. _ The Need of belong. Rediscovering Maslows Hierarchy of Needs in Villa, J. S. Thousand, w. Stainback E. S. Satinback_ **Reestructuring for caring and effective education**: Na administrators guide to creating heterogeneous schools. Baltimore, Paul H. Brookes, 1992

MANTOAN, Maria Tereza Edler **A Integração da pessoa com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon Editora, 1997.

_____, Maria Tereza Edler. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZOTTA, Marcos Jose da Silveira. **Educação Especial No Brasil**: História E Políticas Públicas. Editora: Cortez. 1996.

MINAYO, Maria Cecilia de Sousa. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Traduzido Windyz Brazão Ferreira. Editora Artmed: Porto Alegre, 2003.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Gonzaga. Luiz. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2006.

MOTA, Ronaldo; CHAVES FILHO, Hélio. **Educação transformadora e inclusiva**. Inclusão social, v.1, n.1, 2005.

MRECH, Leny Magalhães. **Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**.

MANTOAN, Maria Tereza Edler. Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo: Memnon, 2002. v. 1. 243p

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico**: Teoria e prática. Rio de Janeiro (RJ): Forense, 2002.

PIAGET, Jean. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ROCHA, Eloisa Acires Candau. **Pesquisa em Educação Infantil no Brasil**: Trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. 1999. 454 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1999.

SECCHI, Leusa de Melo; ALMEIDA, Ordália Alves. **Um tempo vivido, uma prática exercida, uma história construída**: o sentido do cuidar e do cuidado, 2006.

SOUZA, Rita de Cássia Santos; SILVA, Greice Fabiane Santos Silva. **Inclusão na diversidade**: um desafio para os educadores. REVISTA DA FAGED. BA: Universidade Federal da Bahia, 2009, nº9.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. UNESCO: Brasília, 1990.

VYGOTSKY, Lev Semenovitchi. **Pensamento e Linguagem**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão social em debate. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

WERNECK, Claudia. **Ninguém é vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA Ed, 1997.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA**



APÊNDICE A

Termo de Anuência da Instituição/Autorização para a Pesquisa

Sra. Diretora Iolanda Tomé

Com os nossos cumprimentos iniciais, vimos pelo presente, solicitar de Vossa Senhoria, a autorização para que a acadêmica EUZILENE GREGÓRIO DOS SANTOS, aprendente do Curso de Pedagogia, oferecido pela Universidade Federal da Paraíba na Modalidade a Distância (UFPB – Virtual), possa desenvolver a pesquisa monográfica intitulada: INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Para isso, será necessária a vossa colaboração, dando a permissão para que a acadêmica possa coletar dados na Creche Salvelina Cavalcante na Rua Projetada s/n, centro da cidade de Malta. Este trabalho será de importância fundamental para a realização da referida pesquisa e crescimento profissional da acadêmica, podendo intervir com novas metodologias para prática pedagógica do educador, através da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais como ferramenta facilitadora de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

Atenciosamente,

Euzilene Gregório dos Santos (Acadêmica)
Universidade Federal da Paraíba/UFPB-Virtual

Profª. Andréa Torres Vilar de Farias (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba/UFPB-Virtual

Malta-PB, ____/____/2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB



CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: Inclusão Escolar na Educação Infantil

Pesquisadora responsável (Acadêmica): Euzilene Gregório dos Santos

Orientadora: PRF^a MS. Andréa Torres Vilar de Farias.

Informações sobre a pesquisa:

Como acadêmica do Curso de Pedagogia estou realizando um estudo de pesquisa com objetivo de investigar a inclusão escolar na educação infantil e a integração das crianças com necessidades especiais no contexto da educação infantil, visando uma melhor prática no desenvolvimento da criança. O interesse para desenvolver essa pesquisa justifica-se pela preocupação em relação ao fato de que a inclusão tem uma grande relevância na vida das crianças.

A ideia principal do trabalho está baseada na análise das mudanças positivas que a educação inclusiva traz para a Educação Infantil na creche. Sua importância encontra-se na revelação do discurso das crianças com necessidades especiais na educação inclusiva como elemento motivador do desenvolvimento intelectual e social e que merece reflexões e análises, apontando a dimensão da prática pedagógica e a aquisição do conhecimento contribuindo para uma melhor qualidade de vida no futuro dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Para isso solicitamos a sua participação para investigarmos o seu conhecimento quanto a educação inclusiva. A sua participação é muito importante, pois trará contribuição em relação ao tema abordado, tanto para a instituição investigada como também para o ensino, a pesquisa e extensão.

Solicitamos a sua colaboração respondendo os questionários que tratam sobre o tema da pesquisa, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de ciências humanas e sociais ou em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa sempre haverá riscos, principalmente quando se lida com o discurso dos sujeitos.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificações na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto eu _____, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, concordo em participar da pesquisa, tendo:

1 - A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas da entrevista antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.

2 - A segurança plena de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurada que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.

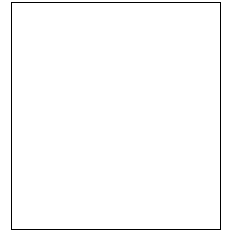
3 - A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico ou mesmo constrangimento moral e ético ao entrevistado.

4 - A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.

5 - A garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda do pesquisador, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Diante do exposto, solicitamos o consentimento de sua participação voluntária no referido estudo, por meio da assinatura abaixo.

Malta - PB, ____ de _____ de 2013.



Assinatura do participante

Contato com o pesquisador responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora: **EUZILENE GREGÓRIO DOS SANTOS**

ENDEREÇO: Rua Doutor Senhorzinho Fernandes n° 126

E-mail: euzilenegregoriiodossantos@gmail.com

Telefone (83) 8102-4197

NOME DO ORIENTADOR: Andréa Tores Vilar de Farias

Através do Endereço: Rua Antônia de Sousa Sobral- n° 44; centro- Taperoá - _ PB

E-mail: andreatvilar@gmail.com

Telefone celular: 83-8760 8520

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA



APÊNDICE C

Responsável: **EUZILENE GREGÓRIO DOS SANTOS**

Esse questionário propõe colher dados para enriquecimento de meu trabalho monográfico que tem como tema: **INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Por motivos éticos, sua participação será sigilosa.

QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA

I. Perfil do professor

Nome fictício:

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade (em anos): _____

Qual a função que você ocupa na creche?

() Monitora () Professora () Coordenadora () ou ajudante na sala

Formação profissional:

Ensino Médio Pedagógico: Sim () Não ()

Estudante de Graduação: Sim () Não () em: _____

Graduado: Sim () Não () em: _____

Pós-Graduação: Sim () Não () em: _____

Casada (o) () Solteira(o) ()

Município que mora:

Há quanto tempo exerce a atividade de docente?

() menos de 1 ano () de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos () há mais de 10 anos

II- Relacionada ao tema

1. Para você o que é Educação Inclusiva?

2. Expresse sua opinião sobre o impacto do processo de inclusão no cotidiano escolar.

3. Quais fatores ou condições necessárias para que uma creche seja considerada inclusiva?

() Ela deve acolher a todos, educar e ensinar respeitando as diferenças individuais de cada aluno.

() Garantir uma aprendizagem dos alunos com ênfase em uma educação integral e incluída.

() Respeitar as diferentes realidades dos alunos.

() nenhuma das respostas.

4. Existem muitos problemas que impedem que a educação inclusiva atinja o objetivo desejado. Qual a sua maior dificuldade em trabalhar a educação inclusiva?

() Lidar com os alunos incluídos, e a conviver com os demais alunos.

() Rever sua prática e buscar outras formas de ensinar.

() Desenvolver estratégias para criar um ambiente de cooperação para que os alunos que tem mais habilidades, possa ajudar o aluno incluído.

() Não está capacitada para trabalhar a inclusão.

☐ Nenhuma das respostas.

5. Na sua visão, qual seria o melhor atendimento para as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais?

6. Você tem algum conhecimento sobre educação inclusiva.

☐ Pouco conhecimento

☐ Razoável

☐ Nenhum conhecimento

☐ Muito conhecimento

7. Para você os materiais que a creche oferece para trabalhar com as crianças deficientes nas aulas é:

☐ suficiente

☐ insuficiente

☐ razoavelmente suficiente

☐ pouco suficiente

8. Na creche tem algumas crianças que necessita serem incluídas juntas as outras para um aprendizagem satisfatórias. Você trabalha de que maneira:

☐ de forma diferenciada

☐ todas com a mesma atividade

☐ Não tem crianças especiais

☐ todas com a mesma atividade ,mas com uma atenção voltada para elas

☐ Não sei como trabalhar essas crianças especiais

9. Para que a inclusão se concretize de forma adequada na creche é necessário que:

- ☐ os professores adquiram mais conhecimentos
- ☐ mais força de vontade
- ☐ Um PPP voltado para as necessidades das crianças
- ☐ tenha ajudante em sala de aula

10. A estrutura física em instituições que atendem crianças com necessidades especiais é:

- ☐ importante
- ☐ pouco importante
- ☐ muito importante
- ☐ sem importância

11. Questão-11-você se considera preparada para desenvolver seu trabalho numa turma que tenha um aluno deficiente?

Sim ☐ não ☐

Justifique sua resposta

.

Muito obrigada por ter participado da pesquisa